



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

ALGUMAS DAS RAZÕES PORQUE O PARTIDO DECIDIU APOIAR A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATOS AOS PRÓXIMOS ACTOS ELEITORAIS

O manifesto do Comité Central sobre « A posição do Partido Comunista Português perante os próximos actos eleitorais » encontrou o melhor acolhimento no Partido, entre as outras forças democráticas e nas massas. A maioria das pessoas vêem que a orientação estabelecida pelo Comité Central do Partido defendendo a participação das forças anti-salazaristas nas próximas eleições de 1957 e 1958 abre grandes perspectivas à unidade dos portugueses de todas as tendências e, com toda a razão, consideram a possibilidade de largas acções de massas como as realizadas em períodos eleitorais anteriores.

Mas o bom acolhimento dispensado à orientação estabelecida pelo Comité Central não é o suficiente. É preciso que todo o Partido conheça e discuta as razões políticas que determinaram a orientação do Comité Central, que saibamos a maneira de levar à prática a orientação estabelecida, tendo muito em conta as experiências de actuação do Partido nos períodos eleitorais anteriores.

A POSIÇÃO DO PARTIDO NOS PERÍODOS ELEITORAIS ENTRE 1945 E 1953

As importantes acções de massas no terreno eleitoral realizadas entre 1945 e Fevereiro de 1949 foram possíveis porque existia a unidade das forças democráticas.

Nos fins de 1943, organizou-se o Movimento Nacional de Unidade Anti-Fascista (MUNAF) e em 1945 formou-se o Movimento de Unidade Democrática (MUD). As forças democráticas estavam organizadas nestes movimentos de carácter nacional. Isto permitiu que a luta pelas liberdades fundamentais tomasse um carácter nacional, amplo, de massas.

Nas eleições de 1945, desenvolveram-se importantes acções de massas na luta pelas condições mínimas. Posteriormente, nas eleições sindicais de 1946, milhares de trabalhadores organizados no MUD e apoiados por todo o Movimento desenvolveram importantes acções de protesto contra o decreto salazarista que prolongava o mandato das direcções dos Sindicatos Nacionais e para eleger direcções escolhidas pelos trabalhadores.

A unidade das forças democráticas, fortalecida em anos consecutivos de luta, permitiu que em 1948-49, à volta da candidatura do General Norton de Matos para a Presidência da República, se intensificasse a luta pelas condições mínimas em todo o país. As condições mínimas exigidas resumiam-se em 3 pontos: 1.º — Um novo recenseamento ou a inscrição nos cadernos eleitorais de todos os portugueses com direito a voto e que o desejassem fazer; 2.º — Ampla liberdade de propaganda eleitoral; 3.º — Participação dos democratas nas mesas eleitorais e nas assembleias de contagem de votos.

Todos estes lembrados das grandes manifestações de apoio ao General Norton de Matos que tiveram o seu maior significado em Lisboa, nos comícios do Salgueiros

e do Hípico, no Porto, e na visita do candidato democrático ao Sul de país, durante a qual o povo acorria às estradas para o saudar e incitar a exigir Eleições Livres, visita que culminou com o memorável comício de Beja. A medida e grandeza da acção desenvolvida pelas massas neste período eleitoral pode ser avaliada pelos milhares de comissões de apoio à candidatura do General Norton de Matos que se organizaram em todo o país.

Este breve resumo dos actos eleitorais de 1945 e do Fevereiro de 1949 mostra que a orientação do Partido e das outras forças democráticas, no que se refere a estes dois movimentos eleitorais, foi justa. As manobras do governo e de sua camarilha foram desmascaradas em importantes acções de massas, acções que só foram possíveis dada a existência da unidade das forças democráticas.

Mes, já no decorrer da candidatura do General Norton de Matos a unidade das forças democráticas começou a ser rompida. Embora a cause aparente desta quebra da unidade fossem os desceios sobre a ida ou não ida do General Norton de Matos às eleições sem estarem conquistadas as tres condições mínimas, a verdade é que as principais razões da quebra da unidade tinham a sua origem no ambiente que então se vivia de campanha anti-comunista, das diversidades de opinião entre o Partido e as outras forças democráticas sobre o Plano Marshall, o Pacto do Atlântico, etc.

Em resultado destas divergências, depois desta campanha eleitoral o MUD e o MUNAF desapareceram completamente. Uma parte dos democratas que estavam no MUD e desejavam continuar a luta da forma organizada criaram o Movimento de Unidade Democrática (MND). Outros democratas que há anos participavam na unidade negaram-se a participar no MND.

Assim, de Fevereiro de 1949 em diante, a divisão das forças democráticas acentuou-se, o que se reflectiu nos actos eleitorais posteriores.

Nas eleições para deputados em Novembro de 1949, o Partido continuou a discordar da apresentação de candidatos anti-salazaristas a deputados sem estarem previamente conquistadas as tres condições mínimas. Por este facto, combateu a posição do engenheiro Cunha Leal e outros candidatos anti-salazaristas que se apresentaram pelos círculos de Castelo Branco e Portisagre. Nas eleições de 1953, também para deputados, o Partido tomou posição idêntica, manifestando-se contra a apresentação de candidatos anti-salazaristas em alguns círculos.

Tomando esta posição, o Partido não fez tudo o que era possível para a aproximação das forças democráticas e desperdiçou a oportunidade do aproveitamento das possibilidades legais de luta pelas liberdades funde-



mentais que estas eleições proporcionavam. E preciso salientar-se que a orientação defendida pelo Partido de se não ir à boca das urnas sem estarem previamente conquistadas as três condições mínimas era, nessa altura, completamente justa, pois a vitória do governo seria um facto na medida em que se concorresse ao acto eleitoral sem as três condições mínimas terem sido conquistadas. Mas isto não devia ter-nos levado a combater a apresentação de candidatos, visto que essa apresentação facilitaria até o alargamento da luta pelas condições mínimas. Não apoiando a apresentação de candidatos, o Partido revelou, no fundo, falta de confiança na sua própria força e nas massas, pois receava então que estas fossem arrastadas pelas outras forças anti-salazaristas para o acto eleitoral sem estarem conquistadas as três condições mínimas. Entretanto, já a própria luta de Fevereiro de 1949 tinha demonstrado que havia razão para ter confiança. A apresentação do candidato facilitou a luta pelas condições mínimas e, como estas não foram alcançadas, a candidatura foi retirada antes do acto eleitoral. Também nas eleições de deputados em Novembro de 1949 e nas presidenciais de 1951, os candidatos retiraram as suas candidaturas antes do acto eleitoral. E em 1953, embora candidatos democráticos nalguns círculos se apresentassem às urnas sem estarem conquistadas as três condições mínimas, uma grande massa de eleitores anti-salazaristas absteve-se, não votou, ao contrário do que tínhamos.

Erro não menos grave foi praticado pelo Partido nas eleições presidenciais de 1951. Para estas eleições, os democratas do MND, com o pleno apoio do Partido, apresentaram o seu candidato à Presidência da República, enquanto as outras forças democráticas apresentavam um candidato mais moderado. E assim, no momento em que, pela morte de Carmona, era possível apresentar um único candidato da oposição que contasse com o apoio dos anti-salazaristas de todas as tendências, as forças democráticas apresentaram dois candidatos, foram divididas para as eleições, e o Partido gastou uma boa parte das suas energias a combater o candidato mais moderado. Desta posição errada beneficiou o salazarismo, que conseguiu mais facilmente impor o actual Presidente da República.

Por uma falsa análise da situação, o Partido não seguiu a orientação que realmente interessava, que era apoiar o candidato mais moderado, à volta do qual seria possível dar, os primeiros passos para a reconciliação da família democrática, o que daria possibilidades para grandes movimentos das forças populares.

Por todos estes factos, é justo concluir que o Partido revelou falta de maleabilidade política e prejudicou seriamente a luta, no terreno eleitoral, contra a comarilha salazarista.

E se é certo que não foi o Partido que rompeu a unidade, não é menos certo que o Partido, embora fizesse apelos à unidade e declarasse que ela era necessária, na prática, mesmo ao defender ideias justas, usou uma linguagem desabrida com os outros democratas, seguiu, em relação aos actos eleitorais realizados de Novembro de 1949 a 1953, uma orientação sectária e dogmática, não fazendo tudo o que era necessário fazer para evitar que se agravassem as relações do Partido com as outras forças democráticas nem para facilitar a reconciliação das forças democráticas, sem deixar de se manter numa posição política e ideológica correcta.

Nessa altura, o Partido tinha, como hoje tem, uma linha política justa, em que a luta pela independência, pela Paz e contra o imperialismo joga um papel fundamental. Mas o Partido seguiu uma orientação errada e dogmática quando exigia que todas as forças anti-salazaristas aceitassem em bloco os seus pontos de vista sobre o Pacto do Atlântico, o Plano Marshall, etc., pontos de vista que, embora justos, não estavam então claros para muitas pessoas, nem mesmo para alguns membros do Partido.

É isto que nos ajuda a compreender, por um lado, a razão dos ataques feitos pelo Partido a aqueles que não tinham compreendido a justeza da sua linha política e, por outro lado, o apoio que dispensava àquela parte das forças democráticas que, organizadas no MND, partilhavam conosco da justa orientação de combate ao imperialismo e que participaram activa e abnegadamente em importantes acções de massas não só pelas liberdades democráticas mas também pela Paz e a Independência Nacional.

O erro do Partido foi pensar que aqueles que não perfilhavam os nossos pontos de vista, não cabiam na unidade e não se poderiam fazer com eles acordos parciais. O erro do Partido foi não saber ver que uma parte das forças democráticas, embora não perfilhando as nossas ideias no terreno da luta contra o imperialismo, continuavam no campo democrático e da oposição ao salazarismo e que em lugar dos ataques cerrados que lhe foram feitos devíamos ter feito o possível para chegar a acordo e levarmos em comum a luta eleitoral.

Na raiz destes erros está a posição errada do Partido nos períodos eleitorais que vão de Novembro de 1949 a Novembro de 1953.

Esta é a síntese do balanço crítico e auto-crítico feito pelo Comité Central à actuação do Partido no terreno eleitoral. O Comité Central concluiu que em Novembro de 1945 e Fevereiro de 1949 foi seguida uma justa orientação, mas que de Novembro desse ano a Novembro de 1953 foram praticados erros que precisam de ser rectificadas.

A POSIÇÃO DO PARTIDO PERANTE AS ELEIÇÕES DE 1957 E 1958

Se hoje se reconhece que o Partido devia ter apoiado a apresentação de candidatos da oposição nas eleições anteriores e se, como se diz no manifesto do Comité Central, «o Partido não soube aproveitar todas as possibilidades legais de actuação política que os actos eleitorais ofereciam» era justo e necessário que o Partido rectificasse os erros cometidos e tornasse pública a sua posição perante os próximos actos eleitorais. Por esta razão e porque, ao contrário do que se possa pensar, não é cedo para se começarem a dar os primeiros passos no sentido de se organizar uma ampla frente eleitoral anti-salazarista, o Comité Central editou o seu manifesto sobre os próximos actos eleitorais, tomando desde já uma posição clara e definida.

Ouro factor da maior importância que por si só justifica o apoio do Partido à apresentação de candidatos da oposição nas próximas eleições é o que resulta da análise da correlação de forças no nosso país. Esta análise revela-nos as importantes modificações que se estão a operar no sentido favorável ao campo democrático.

A crescente combatividade das forças democráticas de todas as tendências nestes últimos tempos está claramente demonstrada, entre outros actos, na formação da Causa Republicana, no julgamento da Comissão Central do MND no Porto, nas acções do 5 de Outubro do ano passado, no 31 de Janeiro deste ano, na Campanha de Amnistia, na celebração do dia 16 de Maio em Aveiro, na mensagem enviada em Junho ao Presidente da República colocando importantes reivindicações políticas, e nos artigos e entrevistas publicados em vários jornais.

Sem receio de erro, pode-se afirmar que, embora existam resistências a vencer e barreiras a transpor, há, em todos os sectores democráticos, salvo raras excepções, uma disposição favorável a reconciliação das forças democráticas.

Por outro lado, e em consequência da desastrosa e reaccionária política salazarista, aumenta consideravelmente o número de portugueses de todas as classes e camadas sociais que desejam uma mudança de regime e de governo. Ultimamente, além das classes trabalhadores, milhares e milha-

res de portugueses pertencentes a outras classes e camadas sociais estão a participar em acções reivindicativas e de protesto contra o regime salazarista, como a nossa imprensa tem salientado.

Quanto ao que se passa nos fileiros do próprio fascismo, podemos dizer que passaram os tempos em que todos afinavam pelo mesmo diapasão. Os dois últimos discursos de Salazar acusam desentendimentos existentes. A remodelação ministerial de meados do ano passado teve uma das suas origens nas dificuldades internas do salazarismo. A este respeito, já no informe da Comissão Política do Partido apresentado pelo camarada Amílcar à VI.ª Reunião Ampliada do Comité Central se dizia, entre outras coisas, que essa « remodelação teve também em vista reforçar a abalada unidade interna da camarilha salazarista ». Mas é no IV.º Congresso da União Nacional que a divisão dos salazaristas aparece com toda a evidência. A falange monárquico-liberal abandonou as salas do Congresso e anunciou a própria saída da União Nacional. E outros delegados não puderam deixar de constatar a dura realidade nacional. Criticaram a política do governo, salientaram a miséria das classes trabalhadoras e rebelaram-se contra a protecção aos monopólios, contra os grêmios e federações. As corporações, que são instrumento do capital monopolista e financeiro, foram combatidas em plano Congresso. Assim, no próprio Congresso da União Nacional, foram atacados os alicerces do regime, embora muitos delegados não se apercebessem de que o faziam ao atacar os monopólios, as corporações, etc..

A política de guerra e de submissão aos comandos militares estrangeiros seguida pelo governo salazarista, assim como as más condições económicas da grande massa das forças armadas, fomentam o descontentamento nos círculos militares. Embora os altos comandos estejam confiados a fascistas notórios, uma boa parte da oficialidade não oferece ao governo a segurança por ele desejada.

Estes factos revelam a profunda modificação na disposição das forças nacionais. Há anos, eram particularmente as classes trabalhadoras e o seu Partido e as outras forças democráticas que estavam em luta contra o salazarismo. Hoje, voltam-se também contra o salazarismo milhares de patriotas de outras camadas e de diferentes correntes que ontem não hostilizavam o governo e que hoje, desiludidos, desejam uma mudança de regime e de governo. Podemos mesmo dizer que o salazarismo está a ficar sem o apoio que lhe era dado por certas camadas de burguesia nacional.

Isto prova que o salazarismo, embora tivesse conseguido sangrar a nação, não conseguiu travar a roda da história nem fazer parar o desenvolvimento político e social do povo português.

Em resultado de se terem operado modificações substanciais na correlação de forças, desenham-se, ainda de forma imprecisa, agrupamentos de correntes moderadas anti-salazaristas, que vão ganhando forma concreta e com as quais, apesar das diferenças de opinião existentes, é possível chegar a acordo em muitos pontos concretos de interesse nacional, nomeadamente nos problemas eleitorais.

É portanto tendo também em conta as profundas alterações na disposição das forças nacionais, favoráveis ao campo democrático e da Paz, que o Comité Central do Partido lançou o manifesto de 24 de Maio defendendo a participação das forças anti-salazaristas nos actos eleitorais de 1957 e 1958, certo de que na base de uma ampla unidade anti-salazarista é possível errancar ao governo as condições que permitam alcançar uma vitória eleitoral sem precedentes na história da luta contra o salazarismo. Nas eleições para deputados em 1957, será perfeitamente possível levar à Assembleia Nacional deputados anti-salazaristas abrindo desta forma novas possibilidades de luta legal às forças anti-salazaristas.

Esta orientação resulta duma análise correcta da situação feita pelo Comité Central. As condições históricas evoluíram e forças que ontem apoiavam o governo somam-se hoje às forças anti-salazaristas, o que poderá permitir isolar ainda mais o salazarismo e ir à boca das urnas em condições diferentes das que o Partido defendeu nos períodos eleitorais anteriores. Esta possibilidade

de depende da acção das massas e do carácter amplo da unidade que permita agrupar numa frente eleitoral anti-salazarista todos os portugueses descontentes com o governo e que desejam uma mudança de regime.

O Comité Central do Partido está convencido de que é possível organizar uma ampla frente eleitoral anti-salazarista na base de todas as forças democráticas, dos patriotas e amigos da Paz, onde caibam anti-salazaristas de esquerda e de direita, onde caibam os operários, os camponeses, os intelectuais, as classes médias da burguesia não monopolista, onde caibam comunistas, socialistas, anarquistas, republicanos, monárquicos e sem partido, crentes e não crentes, onde caibam mesmo os que, tendo ontem apoiado o salazarismo e feito parte das suas organizações, ou que são obrigados a permanecer ainda lá, estão hoje desenganados e querem arripizar caminho. Uma frente eleitoral aberta a todos os portugueses e portugueses, apoiada pela maioria da Nação e onde caibam patriotas de esquerda e de direita num bloco unido, é a maneira de isolar o governo e a sua camarilha.

E não é cedo para a unificação dos portugueses, não é cedo para se fazerem amplos acordos regionais e por círculo, na base de um programa mínimo livremente aceite por todas as correntes de opinião anti-salazarista, e para se organizarem as listas de candidatos a deputados para as próximas eleições.

Como se sabe, o salazarismo, no sentido de impedir a luta eleitoral, procurou manobrar para substituir o sufrágio directo pelo sufrágio orgânico. Mas este manobra, que obrigaria a uma alteração da Constituição, não é tão fácil de realizar e encontrou opositores nas próprias fileiras salazaristas. A este respeito, pensa o Comité Central que a maneira segura de impedir esta e outras manobras do governo, é a própria criação da referida frente eleitoral anti-salazarista que, na sua campanha eleitoral, luta contra as corporações, contra a alteração da Constituição, contra a repressão e pelas liberdades fundamentais.

A orientação estabelecida pelo Comité Central para as próximas eleições exige um grande esforço do Partido e uma larga discussão orientada para problemas concretos, em todos os escalões, de cima a baixo, para estarmos em condições de nos lançarmos ao trabalho com um espírito largo de unidade, despedido de sectarismo.

Pensa o Comité Central que o crescente desenvolvimento da oposição ao governo de Salazar, sendo orientada no justo caminho da unidade de acção, através de uma ampla frente eleitoral anti-salazarista, é uma grande contribuição que ajuda a criar condições para a substituição, por meios pacíficos, do governo de Salazar por um governo de coligação nacional que represente todas as correntes de opinião. O Comité Central, considerando este importante questão, verificou que, dadas as favoráveis condições existentes quer no campo nacional quer no internacional, é possível solucionar o problema político português por meios pacíficos. Mas, como diz o manifesto de 24 de Maio, « Se a camarilha governante continuar a empregar métodos terroristas de dominação, a não querer ouvir a voz da nação e se, por isso, as forças anti-salazaristas tiverem de responder à violência com a violência para recuperarem as Liberdades Democráticas, essa responsabilidade caberá inteiramente ao governo de Salazar ».

Os comunistas não devem regatear esforços para que a solução democrática do problema português seja alcançada por meios pacíficos.

O nosso Partido, como Partido nacional, trabalhará para a reconciliação das forças democráticas e para a unificação dos portugueses. E, como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, não podemos esquecer um momento sequer os problemas ideológicos, de princípio, nem a nossa posição de classe, esforçando-nos por, através de acção sindical e por empresa, fortalecer a unidade da classe operária e por estabelecer a aliança da classe operária com os camponeses, na base da luta pelas suas reivindicações de carácter económico e político, levando-as a participar activamente nos movimentos eleitorais que se aproximam e a participar activamente no movimento nacional de libertação, de Paz e de Independência.

ENTREVISTA DE PALMIRO TOGLIATTI

SOBRE AS CRÍTICAS A STÁLINE

Entrevista de Palmiro Togliatti, secretário geral do Partido Comunista Italiano na revista italiana «Novos Argumentos» e publicada no jornal «Drapeau Rouge» em Junho de 1956. Deste jornal foi traduzido para português.

1 — Segundo V., o que significa a condenação do culto da personalidade na URSS? Quais são os motivos internos, exteriores, políticos, sociais, económicos, psicológicos e históricos?

A condenação do culto da personalidade pronunciada pelos comunistas da União Soviética e as críticas sobre a obra de Stáline significam exactamente, segundo eu penso, o que foi dito e repetido pelos dirigentes comunistas soviéticos: nem mais, nem menos do que isso. É preciso precevermo-nos contra duas espécies de equívocos.

Em primeiro lugar, o ridículo mais grosseiro e mais persistente consiste em acreditar — ou fingir acreditar — que, ao formular esta condenação e estas críticas, os comunistas soviéticos passavam para posições senão de anti-comunismo, pelo menos das que jamais aprovavam ou compreenderam a sua acção. Quere-se dizer que, assim, eles teriam deixado pela borda fora, ou estariam em vias de deixar pela borda fora todas as suas posições de princípio e práticas, todo o seu passado, tudo o que eles afirmaram, apoiaram, defenderam e realizaram durante tantos decénios no seu trabalho. Compreendemos bem que seja esta a interpretação do XX.º Congresso dada pelos arautos do anti-comunismo, mas isso não é um motivo para que devemos dar-lhes hoje mais razão do que lhes demos ontem. De resto eles descobrem assim o seu jogo, esforçando-se até à exasperação, como sempre, e ponho assim a nu a sua má fé. Não é entretanto de excluir, e quero-o dizer abertamente, que haja também certas pessoas que, com toda a boa fé, resvalam para estas posições e começam a perguntar a si próprias se, em consequência das críticas a Stáline e dado que Stáline foi o principal porta-voz da política comunista durante toda uma época, não seja hoje para pôr em dúvida a justiça de todos os principais momentos desta política, desde a oposição decisiva aos planos imperialistas neste após-guerra e remontando através de Yalta e Teherão, ao Pacto de não agressão com a Alemanha em 1939, à guerra de Espanha, etc., etc., e, por outro lado, às directivas para a construção económica socialista e à luta contra os que se lhe opunham e enfim — uma vez lançados neste caminho, porque não? — aos actos decisivos da Revolução de Outubro, que foram a conquista do poder pelos Sovietes dos operários, camponeses e soldados, a dissolução da Assembleia Constituinte e a criação duma nova estrutura política da sociedade. Aos que de boa fé vêem as coisas desta maneira devemos dizer-lhes que se enganam. Naturalmente, é sempre possível discutir sobre todos os actos por meio dos quais os comunistas soviéticos chegaram à conquista do poder e à criação da sua ordem social actual e, ainda por muito tempo, se discutirá sem dúvida, assim de precisar o carácter, o conteúdo, as consequências, o fim de os avaliar historicamente de maneira mais exacta.

Os camaradas soviéticos estão hoje em vias de libertar os seus historiadores dos erros e dos exageros que foram introduzidos para exaltar acima dos seus méritos a figura de Stáline e isto permitirá um julgamento histórico cada vez mais exacto. Não é de excluir, e é mesmo fácil de prever, que serão corrigidas numerosas apreciações, que serão precisadas as críticas e determinadas as debilidades, os erros, os aspectos negativos da acção desenvolvida num determinado momento. Seria todavia um grave erro acreditar que esta revisão

especial que tende a colocar todos os homens e todos os acontecimentos à justa luz, comporte da parte dos comunistas soviéticos uma renúncia radical ou uma crítica radical destrutiva da sua acção tal como ela se vem desenvolvendo há mais de meio século. Esta acção permanece, na linha do seu desenvolvimento, através das etapas sucessivas conhecidas de todos, o primeiro grande modelo histórico duma actividade revolucionária consequente para a ascensão da classe operária à direcção da sociedade e para a construção duma sociedade socialista.

O segundo equívoco consiste em considerar as críticas a Stáline e a denúncia do culto da sua pessoa como um episódio duma luta pessoal ou de grupos que se desenvolveu entre os dirigentes do Partido Comunista e o Estado Soviético, e que seria, de facto, somente uma luta pelo poder. A grande imprensa dos países capitalistas tem-se dedicado particularmente a este género de interpretações que se estende a tudo o que vem da União Soviética. Para isto ela tem especialistas capazes de avaliar exactamente, para cada deslocação dum responsável duma repartição para outra, dum organismo para outro, quantos gramas de influência política perderam esses dirigentes, de medir quantos metros avançou para o poder exclusivo este ou aquele grupo de homens, e assim sucessivamente. Disseram-se as maiores parvoíces quando, partindo destas hipóteses e sublis avaliações, se chegou a falar de contradições e mesmo de lutas, entre civis e militares, por exemplo, entre técnicos e homens do Partido, etc., etc. Na União Soviética os técnicos coincidem com os homens do Partido muitas vezes. Quanto aos militares, toda a gente sabe que, em todas as lutas internas do Partido que tiveram lugar depois da Revolução, nunca houve uma só vez uma posição das forças armadas que possa ser considerada como tal.

É, pois, necessário deixar estas coisas para os amadores das trepalhadas, para os mexeriqueiros da política.

O CULTO DA PERSONALIDADE SOBREPÕS UM PODER PESSOAL AO PODER COLECTIVO

Não podemos; não queremos excluir inteiramente o facto de que, na elaboração dos actos e das apreciações políticas mais recentes dos dirigentes soviéticos, tenha havido entre eles pontos de divergências, debates e discussões por vezes bastante vivas. É assim que deve funcionar uma organização política viva, cuja actividade interna não é abafada pelo culto duma só pessoa. Não existe entretanto nenhum facto, nenhum indicativo que possam, de qualquer maneira, dar valor às afirmações de que uma tenaz lufala pelo poder se desenvolveria através das críticas a Stáline e ao culto da sua pessoa. Pelo contrário, a propósito disto, podemos ir mais longe. Basta ler um conhecimento, mesmo superficial, da parte que Stáline tomava no espirito; não só dos quadros do Partido e dos seus membros, mas das grandes massas populares, para compreender quão difícil era a situação que se apresentava depois do seu desaparecimento e sobretudo como foi grave, dura e perigosa a correcção dos erros que ele tinha cometido, a denúncia dos seus erros e o facto de se condicionar num caminho novo em muitos aspectos. Esta dificuldade evidente explica por que não se pôde fazer imediatamente após a morte de Stáline a revelação aberta dos erros cometidos anteriormente. Não somente ele não teria sido compreendida como teria certamente pro-

vocado reacções negativas, perigosas, incontroladas. Pelo contrário, é evidente que a correcção, nos factos, destes erros, primeiro no campo dos métodos de direcção e depois nos outros domínios, começou imediatamente. Entretanto é igualmente evidente que estas correcções não poderiam ter sido levadas a cabo por um grupo de dirigentes no qual se desenvolvesse uma tenebrosa luta de pessoas ou de grupos pelo poder. A própria eliminação de Béria, um dos principais responsáveis pelas consequências sangrentas dos erros mais graves cometidos sob a direcção de Stáline, demonstra-o. Ela pôde efectivamente ter lugar rapidamente, sem abalos no grupo dirigente e sem qualquer conflito entre os diferentes sectores da administração pública.

É pois necessário, para concluir sobre este ponto, habituá-lo a pensar que as críticas a Stáline e ao culto da sua pessoa significam que os camaradas soviéticos exactamente o que eles disseram até hoje. E o que é precisamente? Que, em consequência dos erros de Stáline e do culto da sua pessoa se acumularam elementos negativos, se criou uma situação desfavorável e também nitidamente deplorável nos diferentes sectores da vida e da sociedade soviética, nos diferentes ramos da actividade do Partido e do Estado. Não se poderia, portanto, reduzir simplesmente todos estes aspectos negativos a um único conceito geral, porque, mesmo neste caso, se corre o risco do exagero, duma generalização falsa e arbitrária, assim como o risco de julgar mal, de rejeitar, de criticar toda a realidade económica, social e cultural soviética o que seria um retorno às idiotices habituais da reacção. A generalização menos arbitrária é a que vê nos erros de Stáline a sobreposição dum poder pessoal aos poderes colectivos de origem e de natureza democrática e, como consequência disto, a acumulação de fenómenos de burocratização, de violação da legalidade, de estagnação e também, em parte, de degenerescência, em diferentes pontos do organismo social. Entretanto é preciso acrescentar imediatamente que esta sobreposição era parcial e que provavelmente teve as suas manifestações mais graves no topo dos organismos dirigentes do Estado e do Partido.

Dali partiu uma tendência para restringir a vida democrática, as iniciativas e a vivacidade de pensamento e de acção em numerosos campos (desenvolvimento técnico e económico, actividade cultural, literária, artística, etc.), mas da qual não podemos afirmar absolutamente que ela tivesse conduzido à destruição da linha fundamental da sociedade soviética da qual dimana o seu carácter democrático e socialista e que torna esta sociedade superior, pelas suas qualidades, à sociedade capitalista moderna. A sociedade soviética não podia conformar-se com tais erros como pode, pelo contrário, acomodar-se com erros e situações bem mais graves o regime burguês capitalista. Aqueles erros não podiam transformar-se num elemento estável e geral da vida civil, económica e política. Se eles tivessem durado mais tempo teriam talvez conduzido a uma ruptura, ainda que mesmo esta hipótese deva ser acolhida com prudência, porque uma ruptura teria certamente representado para as massas populares e para todo o movimento socialista mais prejuízos do que vantagens e não só os homens que podiam ser os autores da ruptura, como também as largas camadas da sociedade estavam conscientes deste facto.

Não queremos dizer com isto que as consequências dos erros de Stáline não tivessem sido muito graves. Eram muito graves, manifestaram-se em numerosos domínios e não será coisa fácil superá-las, não se poderá fazê-lo muito rapidamente. De facto, pode-se dizer que uma grande parte dos quadros dirigentes da sociedade soviética (Partido, Estado, economia, cultura, etc.) estavam embetoados, tinham perdido ou reduzido as suas próprias capacidades críticas e criadoras no domínio do pensamento e da acção. Eis porque era absolutamente necessário que se fizesse a denuncia dos erros de Stáline e que se faça de tal maneira que sacuda os espíritos e reanime toda a vida dos organismos sobre os quais se apoia todo o sistema da sociedade socialista. Foi-se assim conduzido a um novo progresso democrático desta sociedade e isto será uma poderosa contribuição para uma melhor compreensão entre todos os povos, para o alívio de tensão internacional, para o avanço do socia-

lismo e para a Paz.

2 — *Acredita que a crítica do culto da personalidade na URSS deva conduzir a uma modificação das instituições?*

3 — *A legitimidade do poder é um grande problema do direito público; e o pensamento político moderno tende a ver a origem desta legitimidade na vontade popular. A democracia parlamentar de tipo ocidental pensa que a vontade popular tem necessidade, para se exprimir, da existência de vários partidos. Pensa que o poder em regime de partido único, com eleições sem escolha entre o governo e a oposição, seja legítima?*

— Posso enganar-me, mas a minha opinião é que não se deve prever hoje na URSS modificações de instituições nem que tais modificações devam resultar das críticas formuladas abertamente no XX.º Congresso. Isto não quer dizer que não haverá modificações, talvez profundas, algumas das quais estão de resto já em curso. Que se compreende, antes de mais nada, por modificações de instituições? Creio que aqueles que falam disso encaram modificações de estruturas políticas tais que aproximariam a sociedade soviética de algumas, pelo menos, formas de organização política próprias dos chamados regimes ocidentais, afim de dar um novo relevo a certas instituições que são próprias destes regimes. Colocado assim o problema, a minha resposta é negativa.

A SUPERIORIDADE DO SISTEMA SOVIÉTICO SOBRE O REGIMÉ CAPITALISTA

Partamos contudo, se se quiser, do exame da legitimidade do poder e da sua origem, mas procurando libertar-se do formalismo hipócrita com o qual os apologetas da « civilização ocidental » o tratam. Lemos o « Estado e a Revolução » e felizmente não esqueçamos o essencial do que ali se ensina. Não é a crítica dos erros de Stáline que nos faria esquecer-lo. Na realidade da chamada civilização ocidental, a origem da legitimidade do poder não é de facto a vontade popular. A vontade popular é, no melhor dos casos, um dos factores que contribuem, ao exprimir-se periodicamente por eleições, para determinar uma parte das direcções governamentais. Contudo nas eleições (e o exemplo da Itália, típico por certos aspectos é válido aqui) entra em acção um múltiplo sistema de pressões, de intimidações, de restrições, de falsificações, de artificios legais e ilegais, para que a expressão da vontade popular seja gravemente limitada e falsificada. E o sistema funciona entre as mãos e a favor, não só dos que estão nesse momento no governo, mas dos que detêm na sociedade o poder real que é dado pela riqueza, pela propriedade dos meios de produção e de troca e dos quais resultam, além da direcção efectiva da vida política, as inevitáveis protecções das autoridades religiosas e de todas as outras ramificações do poder que existem numa sociedade capitalista. Nós mantemos que hoje, em consequência do desenvolvimento e da força actual do movimento democrático e socialista, podem-se produzir brechas bastante largas neste sistema para permitir a livre expressão da vontade popular e, por isto, praticar uma abertura cada vez mais ampla para a manifestação desta vontade. Para isso, conduzindo-se no terreno democrático e sem sair deste terreno, julgamos possíveis desenvolvimentos sempre novos. Não quero dizer que não vejamos as coisas como elas são e que da maneira que se desenvolve a vida democrática do mundo ocidental que se preste todavia atenção para não nos arriscarmos muito longe neste mundo, se não encontrar-se-á a Espanha ou a Turquia, ou a América do Sul ou Portugal ou o sistema eleitoral discriminatório dos USA, etc.) devamos fazer um ídolo, o modelo universal e absoluto da democracia! Pelo contrário, continuamos a pensar que a democracia de tipo ocidental é uma democracia limitada, imperfeita, porque é muito falsa, que precisa de ser desenvolvida e aperfeiçoada através duma série de reformas económicas e políticas. Assim é, se chegamos à conclusão que o XX.º Congresso abre um novo processo de desenvolvimento democrático na União Soviética, estamos longe de pensar, e julgamos que seria errado pensar, que este desenvolvimento se deverá efectuar por um retrocesso às instituições de tipo ocidental ».

A legitimidade do poder na União Soviética encontra a sua primeira origem na Revolução. Esta deu o poder à classe operária, que era uma minoria, mas que conseguiu, ao resolver os grandes problemas nacionais e sociais que se colocavam, agrupar progressivamente em volta dela todas as massas populares, transformar a estrutura económica do país, criar, fazer funcionar e progredir uma sociedade nova, construída segundo os princípios socialistas.

Esquecer a Revolução, não ter em conta a nova estrutura social, isto é, esquecer tudo o que é próprio da União Soviética e fazer em seguida uma comparação puramente externa com os métodos da vida política nos países capitalistas, não é mais do que um truque.

Mas este primeiro apelo à realidade não é suficiente. A sociedade soviética teve, desde o início, uma estrutura política democrática que lhe era própria, fundada precisamente na existência e funcionamento dos Sovietes (Conselhos de operários, de camponeses, de trabalhadores, de soldados).

O sistema dos soviets é, como tal, muito mais democrático e mais avançado do que qualquer sistema democrático tradicional, não importa qual, e isto por duas razões: a primeira é que ele faz penetrar a vida democrática em todas as partes constituintes da sociedade, desde as unidades de trabalho de base, para se elevar progressivamente até às grandes assembleias municipais, regionais e nacionais. A segunda razão é que ele aproxima as células elementares da vida democrática das unidades produtivas e que supera, assim, este aspecto negativo das organizações democráticas tradicionais, que é a separação entre o mundo da produção e o da política e, por consequência, o carácter exterior, formal da liberdade.

É possível que no funcionamento do sistema soviético tenha havido uma paragem, um travão, de que tenha resultado uma limitação da democracia soviética? Isto não foi somente possível, como foi reconhecido abertamente no XX.º Congresso. A vida democrática soviética foi limitada e em parte abafada pelo aparecimento de métodos de direcção burocráticos, autoritários e pela violação da legalidade do regime. No plano teórico, isto é uma coisa possível porque o regime socialista não está protegido, em nome da sua própria natureza, contra os erros e os perigos. Quem o acreditasse cairia numa ciancice ingénuo. A sociedade socialista não é somente uma sociedade composta de homens, mas uma sociedade em desenvolvimento, na qual continuam a existir as contradições objectivas e subjectivas, e que está sujeita às vicissitudes da história. No plano dos factos, tratar-se-á de ver como e porque se pôde produzir uma limitação da vida democrática soviética, mas, qualquer que seja a resposta que se chegue a dar a esta pergunta, está fora de dúvida para nós que não se poderá jamais concluir que seja necessário um retrocesso às formas de organização da sociedade capitalista.

A existência de vários partidos ou de um partido único não pode ser considerada, por si própria, como um elemento distintivo entre as sociedades burguesas e as sociedades socialistas, da mesma forma que não constitui, por si própria a linha de separação entre uma sociedade democrática e uma sociedade não democrática.

Na URSS, dois partidos dividiram entre si o poder durante um certo período, depois da Revolução, no quadro do regime soviético de ditadura do proletariado. Na China de hoje existe uma multiplicidade de partidos no poder e no entanto o regime é definido como uma ditadura democrática. Nas democracias populares também existem ainda outros partidos além do Partido Comunista, ainda que isto não suceda em todas elas.

Nos países ainda capitalistas, onde o movimento operário e popular é muito forte e desenvolvido não está excluída a hipótese — pelo contrário — de poderem ser realizadas profundas transformações socialistas com a presença duma multiplicidade de partidos e sob a iniciativa de vários deles.

Entretanto, pensar numa multiplicidade de partidos na União Soviética de hoje parece-nos impossível. Onde saíram eles? Duma decisão do topo? Isso seria um belo processo democrático! É necessário reconhecer não só que existe uma homogeneidade social devida ao desaparecimento das classes capitalistas, que existe uma homogeneidade política que se exprime pela aliança entre operários e camponeses, mas ainda que existe uma (crma de

unidade na vida civil e na direcção política que é desconhecida e aliás talvez não compreendida, aqui, no « mundo ocidental ». A própria noção de partido, é na União Soviética qualquer coisa de diferente do que nós compreendemos por este termo. O partido trabalha e luta para realizar e desenvolver o socialismo, mas a sua obra é essencialmente de natureza positiva e construtiva e não de natureza polémica contra um hipotético adversário político interno. O « adversário » contra o qual se bate é a dificuldade objectiva a vencer, a contradição a resolver pelo trabalho, a realidade a dominar, a sobrevivência que há a destruir do antigo para fazer progredir o novo, etc.. A dialéctica dos contrários, que é essencial para o desenvolvimento da sociedade, não se exprime mais através da competição entre os diversos partidos, de governo ou de oposição, porque não existe já a base objectiva (nas coisas) nem a base subjectiva (no espírito dos homens) para uma tal competição. Ela exprime-se no próprio interior dum sistema unitário que compreende toda uma série de organizações coordenadas umas com as outras (Partido, Sovietes, Sindicatos, etc., etc.).

A crítica que se faz a Stáline é de ter impedido esta manifestação no interior do sistema. A correcção consiste no restabelecimento da normalidade e não na negação do sistema ou no facto de o suprimir.

AS MODIFICAÇÕES A INTRODUIR PARA CORRIGIR OS ERROS COMETIDOS

Mas se se considera como absurdo que se possa suprimir o sistema para voltar para trás, creio no entanto que no interior deste podem ser introduzidas modificações, por vezes profundas, na base da experiência vivida, na base dos sucessos obtidos em todos os domínios e na base mesmo de ter garantias mais eficazes contra erros como os de Stáline. É necessário concentrar a atenção sobre esta ponto e para isso devem ser seguidas e estudadas as novas medidas que se está em vias de tomar progressivamente na União Soviética, tanto da parte do Partido como do governo. As mais interessantes, até hoje, e que tiveram mais vasto alcance, são as que estabelecem uma descentralização cada vez mais ampla da direcção económica. A centralização, incluindo sob as suas formas extremas, foi uma necessidade durante os períodos em que se deveriam efectuar modificações muito profundas, ser destruídas as bases do capitalismo, serem lançadas as bases da economia socialista, em que era preciso fazer face a necessidades económicas, políticas e militares urgentes.

Entretanto a centralização já não é por si própria uma forma obrigatória da direcção económica socialista, sobretudo nas suas formas extremas. Um menor ou maior grau de centralização, e portanto de direcção por cima, é imposto pelo conjunto das condições objectivas, mas provoca respectivamente um maior ou menor grau de vida democrática na periferia de actividades e de iniciativas das massas, ora, para nós, a actividade das massas, a sua participação efectiva na crítica, no controle e portanto na direcção de toda a organização económica e social são os verdadeiros sinais da democracia. Entre nós, em regime de vários partidos, de dialéctica entre governo e oposição, etc., esta actividade das massas não existe sob qualquer forma e em nenhuma medida, ou quando muito, numa forma e numa medida muito limitadas e completamente indirectas. Por esta razão dizemos que isto não é uma verdadeira democracia e não compreendemos porque é que para corrigir as coisas más feitas por Stáline, os povos soviéticos deveriam recair nisso.

Queríamos ainda dizer algumas coisas sobre garantias eficazes contra a repetição de erros tais como os cometidos por Stáline. Neste caso, sei que tem sido colocada a ideia da « independência da magistratura » (isto é, da separação dos poderes) como um remédio seguro contra toda a violação, qualquer que seja, da legalidade. Sinceramente, não acredito neste remédio. O juiz deve ter uma posição independente e a Constituição Soviética garante-lha, como numerosas outras constituições.

Mas a violação destas normas produz-se sempre não no domínio do direito mas dos factos. Por outro lado o juiz não é nem pode ser um cidadão que vive fora da sociedade, das suas contradições, das correntes que a percorrem e a dominam.

Nenhum juiz italiano teria sonhado, há dez anos, em condenar à prisão — à prisão! — um heróico chefe dos

guerrilheiros ao qual se aponta como um crime ter suprimido em tempo de guerra, os que lhe tinham sido indicados como espíões. Hoje, isso faz-se. Por juizes « independentes »? Formalmente, segundo toda a probabilidade, eles são independentes de todas as ordens ministeriais directas, mas eles não são independentes da companhia que durante dez anos foi conduzida por de Gasperi e por todos os outros para difamar o movimento dos guerrilheiros, para o pôr em estado de acusação e para fazer condenar os seus representantes. Os juizes fazem parte da classe dominante e não escapam às correntes de opinião, justas ou não, que se manifestam no seio daquela. Dizem-nos hoje que houve na URSS, nos tempos de Stáline, processos que terminaram por acusações ilegais e injustas. Os juizes que pronunciaram estas acusações não eram, muito provavelmente, cidadãos que traíssem a sua consciência: eram cidadãos convencidos de que as doutrinas erradas de Stáline, então espalhadas entre todo o povo, a propósito da presença em todos os locais de « inimigos do povo » para destruir, eram justas. Eis porque, ainda que formalmente « independentes » eles julgaram daquela maneira. Uma verdadeira garantia sómente pode consistir na justeza das orientações políticas do Partido e do Governo e garantem-se tais orientações por meio duma vida democrática correcta tanto no seio do Partido como no Estado e por um contacto permanente e estreito com as massas populares, em todos os escalões da vida pública. O juiz também será tanto mais justo quanto mais ligado estiver com o povo.

UMA LINGUAGEM COMUM

4 — Já tem sido observado que entre o Ocidente e o Oriente não há uma linguagem política comum. O culto da personalidade é chamado no Ocidente tirania; os erros que conduziram às expurgas, aos processos, às condenações são chamados crimes. Inversamente o Oriente chama à oposição traição; à discussão chama desvio; etc. Uma linguagem diferente denota sempre uma diferença de conteúdo. A que atribuir esta diferença de linguagem?

— Esta afirmação da diferença de linguagem política entre o Ocidente e o Oriente, permitam-me que o diga, é uma pura tolice reacçãoária. Este foi um dos argumentos do Sanfedismo (fanatismo clerical na Itália) e continuá a sê-lo. Volto uma vez mais a um texto curioso, o « Novo vocabulário filosófico democrático, indispensável para todos que desejam compreender a nova linguagem revolucionária », editado em Veneza em 1799. Liberdade, patriotismo, igualdade, direitos, etc., toda a terminologia política da época, que exprimia as grandes ideias recentemente afirmadas e que as revoluções burguesas tinham feito triunfar, é analisada neste pequeno manual sanfedista, em 200 páginas precisamente para demonstrar que estas grandes palavras exprimiam grandes coisas no passado, no tempo dos regimes absolutistas, e que as exprimiam sempre para quem conservava a sua fidelidade à ordem antiga, enquanto que na boca dos revolucionários, nesta França detestada onde tinha triunfado a Revolução, elas exprimiam coisas completamente diferentes e opostas. A liberdade significava, para o revolucionário, « o poder absoluto para os celerados, os palifes e os desesperados de todas as nações, pilharem e massacrarem a parte honesta, trabalhadora e possuindo qualquer coisa dos seus concidadãos ». A igualdade era um termo desprovido de sentido, « a maior tolice, sem ideia real ». A democracia significava « os ateus, os assassinos, os palifes no governo ».

E assim sucessivamente. Esta referência à polémica sanfedista dos séculos passados, que aplicava duma maneira que lhe era peculiar, como se vê, a doutrina da diversidade das linguagens políticas, pode servir para esclarecer o fundo da questão. O caso não é que numa e na outra parte do mundo se falem duas linguagens diferentes, mas sim que grupos sociais incapazes não só de aprovar, como também de compreender as profundas transformações sociais e políticas que estão em vias de se produzir e às quais eles são hostis, queiram criar, entre as diversas partes do mundo, e isto em prejuízo da parte que progride, abismos de incompreensão. Mas eles não o conseguirão.

Entre o Oriente e o Ocidente a linguagem política é

absolutamente comum. Tirania significa, cá e lá, a mesma coisa. Havia no regime instaurado por Stáline, num período determinado, elementos de tirania e foram cometidos pelo poder actos delituosos e repreensíveis sob o ponto de vista moral. Ninguém o nega. O mesmo significado é dado cá e lá à palavra democracia, que significa um governo do povo, no interesse do povo, a igualdade dos cidadãos, etc. Quando os comunistas russos na sua primeira Constituição estabeleceram um valor diferente entre o voto dos operários e o dos camponeses eles sabiam muito bem que isto não era uma norma formalmente democrática. Mas eles adoptaram na porque queriam que fosse garantida legalmente, à classe operária, a função dirigente que ela tinha conquistado com a Revolução, salvando o país da invasão estrangeira e da catástrofe, criando as primeiras condições necessárias para o advento do socialismo. Aliviados os primeiros grandes resultados neste sentido, foi suprimida esta norma e as coisas foram ditas claramente, como sempre. Disse-se abertamente que suprimindo a disparidade dos votos, restaurava-se plenamente a democracia. Cá, neste famoso Ocidente, dizei-me um pouco claramente que relações pode ter com a democracia a descriminação política entre os cidadãos, que um governo de democratas-cristãos e de sociais-democratas tenta estabelecer na Itália, na base de toda a actividade governamental e que é norma corrente de conduta da maior parte das autoridades do Estado, dos palifes, dos institutos de assistência, dos tribunais de trabalho, etc, etc?

Não é absolutamente verdade que « no Oriente » à oposição se chama traição, à discussão desvio, etc. Num discussão podem ser expressas posições não conciliáveis com a linha política, em contradição com ela e isto pode ser chamado desvio, porque o é. Entre nós, exprimir uma opinião política diferente das dos partidos dominantes é chamado, pelo contrário, « terrorismo ideológico ». Quanto à oposição já falei disso e ela não coincide nem pode coincidir com a traição. Sem dúvida houve casos e momentos, em que a oposição tomou tais formas que ela era traição ou conduzia à traição. Houve longos períodos de tempo, durante os quais a classe operária, que tinha tomado o poder com a Revolução e o partido que a dirigia se encontraram em face de situações de tal maneira graves, de uma tal angústia, de tais dificuldades, de tantos inimigos externos a internos para vencer a todo o preço, que a unidade de direcção política e de acção teve que ser mantida e foi mantida por meios excepcionais. Imaginai que não se tinha perdido assim! O grave erro cometido por Stáline foi ter ilegalmente prolongado este sistema (agravando-o mesmo, porque o respeito da legalidade revolucionária foi sempre exigido nos primeiros tempos por Lênine, mesmo se então os limites desta legalidade e fossem forçosamente restritos) às situações que se sucederam, quando isto já não era necessário e se tornava por isso sómente a base dum poder pessoal. E o erro dos seus colaboradores foi de não ter reagido a tempo, de os ter permitido até um ponto em que a correcção já não era possível sem prejuízo para todos.

5 — Julga que a ditadura pessoal de Stáline se estabeleceu contra e fora das tradições históricas e políticas russas ou foi, pelo contrário, um desenvolvimento daquelas tradições?

6 — Para se afirmar e se manter, a ditadura pessoal de Stáline apoiou-se num conjunto de medidas coercivas que no Ocidente se chama, desde a Revolução francesa, « terror ». Julga que este « terror » foi uma necessidade?

Responderei a estas duas perguntas em conjunto, porque, à parte a sua formulação concreta, que limitaria a procura a temas de ordem particular, elas permitem, se vencermos esta limitação, enfrentar a questão que se apresenta logicamente neste local e que é a de saber como é que na sociedade soviética os erros denunciados no XXº Congresso puderam ser cometidos e se pôde criar, em consequência disso, e manter durante um longo período, uma situação na qual a vida democrática e a legalidade socialista sofreram violações graves, grandes e persistentes. A isto junta-se, bem entendido, a questão tanto da corresponsabilidade por estes erros de todo o grupo político dirigente - incluindo os camaradas que tiveram a iniciativa tanto da denúncia como da correcção dos danos que haviam sido

feitos — assim como as consequências destes danos.

COMO PUDERAM ACONTECER AS GRAVES VIOLAÇÕES DA LEGISLAÇÃO SOCIALISTA

A propósito desta corresponsabilidade duas explicações têm sido enunciadas. Uma é a mais evidente e foi dada por nós próprios nas discussões que tiveram lugar no nosso Partido. Ela foi igualmente formulada pelo camarada Courtade numa série de artigos publicados em «L'Humanité» (1) e agora, a acreditar no que referem os jornalistas, também pelo camarada Krutchov ao responder a uma pergunta feita numa recepção. O afastamento de Stáline do poder, quando apareceu a gravidade dos erros que ele tinha cometido, era «juridicamente possível», mas impossível na prática, porque se a questão tivesse sido colocada resultaria disso um conflito e este conflito teria provavelmente comprometido a sorte da Revolução e do Estado contra os quais estavam dirigidas as armas de todo o mundo.

Basta ter tido um contacto, mesmo superficial, com a opinião pública soviética nos anos durante os quais Stáline estava à frente do país e ter seguido a situação internacional nesses anos para estar em condições de reconhecer que a constatação é verdadeira. Hoje, por exemplo, os dirigentes soviéticos denunciam erros determinados num momento de desânimo de Stáline, no início da guerra. Mas nesses dias quem é que na URSS teria compreendido ou aceitado, não digo um afastamento de Stáline, mas mesmo simplesmente, uma limitação do seu poder? Teria havido uma derrocada se se tivesse visto ou percebido tal coisa. E mesmo noutras ocasiões. A constatação feita por Krutchov explica pois a necessidade em que se encontraram os que teriam querido corrigir a situação que se havia criado, mas, ao mesmo tempo, é uma constatação que complica o quadro da situação e o agrava. É-se constringido a admitir que os erros cometidos por Stáline ou eram ignorados pela grande massa dos quadros dirigentes do país e pelo povo, e isto não parece verosímil, ou então não eram considerados como erros por esta massa de quadros e pela opinião pública que eles orientavam e dirigiam. Como se vê exclui a explicação da impossibilidade de uma modificação, motivada apenas pela existência dum aparelho militar policial, terrorista, que controlava a situação com os seus meios. Este mesmo aparelho era composto e dirigido por homens, que, num momento grave como o do ataque de Hitler, por exemplo, teriam sido também dominados por reacções elementares se se tivesse aberto uma crise profunda. Parece-me muito mais justo reconhecer que, apesar dos erros que cometa, Stáline tinha o acordo dum grande parte do país e, antes de mais nada, dos seus quadros dirigentes e também das massas. Isto era consequência do facto de Stáline não ter apenas cometido erros, mas também ter feito muitas coisas boas, «fez muito pela URSS», «era o mais convicto dos marxistas e firme na sua fidelidade ao povo». Foi o próprio camarada Krutchov que reconheceu isto na declaração a que mais acima se faz alusão, corrigindo assim o estranho mas compreensível lapso cometido no XX.º Congresso ao se ocultar estes méritos de Stáline. Mas isto não explica tudo em consequência da gravidade dos erros hoje denunciados. A explicação só se pode encontrar num estudo atento da maneira como se desenvolveu o sistema caracterizado pelos erros de Stáline. Somente assim se poderá compreender como é que estes erros não foram somente qualquer coisa de pessoal, mas invadiram de maneira profunda a realidade da vida soviética.

Uma outra explicação da razão porque não se pôde fazer anteriormente a correcção necessária foi dada, se não me engano, pelo próprio Krutchov, quando afirma que se essas correcções não se puderam fazer foi porque a posição dos dirigentes do Partido e do Estado em relação aos erros de Stáline não foi idêntica durante todos os períodos. Houve pois momentos durante os quais houve uma grande solidariedade em volta de Stáline e esta solidariedade era precisamente a expressão daquele consentimento de que falamos acima.

E aqui é preciso reconhecer abertamente e sem hesitação, que, agora que o XX.º Congresso trouxe uma enorme contribuição à apresentação e solução de muitos problemas sérios e novos do movimento democrático e socialista, agora que ele aponta uma etapa importante no desenvolvimento da sociedade soviética,

não se pode considerar como satisfatória a posição que foi tomada no Congresso e que é hoje amplamente desenvolvida na imprensa soviética, no que respeita aos erros de Stáline e às causas e condições que os tornaram possíveis.

A causa de tudo residiria no «culto da personalidade» e no culto de uma pessoa que tinha defeitos determinados e graves, a quem faltava a modestia, que tinha tendência para o poder pessoal e várias vezes se enganava por incompetência, não era leal nas relações com os outros dirigentes, tinha a megalomania e um amor excessivo a si próprio, era desconfiado até ao extremo e, enfim, através do exercício do poder pessoal, foi levado a desligar-se do povo, a desprezar o seu trabalho e a ceder a uma forma evidente de mania da perseguição.

Os actuais dirigentes conheceram Stáline muitíssimo melhor do que nós (talvez fale noutra ocasião de alguns contactos que tive com ele) e eis porque devemos acreditar-los hoje, quando eles o descrevem. Nós podemos, todavia pensar, entre nós, que já que era assim, posta de parte a impossibilidade de fazer uma modificação a tempo, de que já falámos, eles teriam, pelo menos, podido ser mais prudentes na exaltação pública e solene das qualidades deste homem, a qual se acostumaram. É verdade que hoje eles criticam-se e este é o seu grande mérito, mas nesta crítica perdeu-se, sem dúvida, um pouco do seu prestígio. Mas, independentemente disto, enquanto a sua crítica se limitar a denunciar como causa de tudo os defeitos de Stáline, ela mantém-se no âmbito do «culto da personalidade». Anteriormente, todo o bem era devido às qualidades, positivas, sobre-humanas dum homem; hoje todo o mal é atribuído aos seus defeitos, também excepcionais e mesmo assombrosos.

Tanto num caso como noutra estamos fora do critério de apreciação própria do marxismo. Eles evitam os problemas verdadeiros, que consistem em saber de que maneira e porquê a sociedade soviética pôde conduzir e foi conduzida a certas formas de desvio em relação à via democrática e à legalidade que tinha traçado para si própria e finalmente de degenerescência. Deverá ser feito o estudo segundo as diversas etapas do desenvolvimento desta sociedade e são, antes de mais nada, os camaradas soviéticos que o devem fazer, porque eles conhecem as coisas melhor do que nós, que nos podemos enganar em consequência dum conhecimento parcial ou errado dos factos.

Ocorre-nos, antes de mais nada, que Lênine, nos seus últimos discursos e documentos, tinha sublinhado o perigo de burocratismo que ameaçava a nova sociedade. Parece fora de dúvida que os erros de Stáline estiveram ligados a um aumento excessivo do aparelho burocrático na vida económica e política soviética e, talvez antes de mais nada, na vida do Partido. É bastante difícil dizer qual foi a causa e qual foi a consequência. Uma chega a ser pouco a pouco a expressão da outra.

Este peso excessivo da burocracia está também ligado a uma tradição proveniente das formas de organização política e dos costumes da velha Rússia? Talvez não seja de o excluir e creio que há observações de Lênine neste sentido; entretanto é um facto que, depois da Revolução, o pessoal dirigente muda totalmente ou quase e não nos interessa tanto avaliar o resíduo do passado como o facto de que um novo tipo de direcção burocrática surgiu no seio da nova classe dirigente no momento em que ela tinha de cumprir tarefas absolutamente novas.

Os primeiros anos depois da Revolução foram anos duros, terríveis, dada a dificuldade objectiva sobre-humana, de intervenção estrangeira, de guerra e de guerra civil. Então eram absolutamente necessárias tanto uma centralização máxima do poder como a adopção de medidas repressivas radicais para esmagar a contra-revolução. Era inevitável que neste período sucedesse o que sucede em tempo de guerra: se uma tarefa não é cumprida o responsável é submetido a um julgamento rápido. O próprio Lênine, como se depreende dum carta por ele escrita a Dzerjinsk e publicada recentemente, previa que era preciso fazer meia volta quando a contra-revolução e a intervenção estrangeira estivessem definitivamente derrotadas, o que aconteceu alguns anos antes da sua morte. Será preciso ver se se realizou essa viragem ou se, como pela força da inércia,

cia, uma parte do que deveria ter sido modificado ou abandonado não se consolidou.

RESOLVER FRANCAMENTE AS CONTRADIÇÕES QUE SE COLOCAM

É então neste momento que se desencadeia a luta dos grupos que negam a possibilidade de uma edificação econômica socialista e isto não pôde deixar de ter uma grande influência sobre toda a vida soviética. Esta luta tinha igualmente carácter de um verdadeiro combate do qual dependia a sorte do poder e que devia pois terminar por uma vitória a todo o preço.

Foi neste período que Stáline desempenhou um papel positivo e, em volta dele, uniram-se as forças sãs do Partido. Pode-se agora observar que elas se uniram de tal maneira em volta dele e, guiadas por ele, aceitarão tais modificações no funcionamento do Partido e dos seus organismos dirigentes, uma tal nova junção dos aparelhos superiores dirigentes, que não mais se puderam opor quando começaram a manifestar-se certas más. Talvez não seja errado afirmar que foi pelo Partido que começaram as limitações condenáveis do regime democrático e o abuso gradual das formas de organização burocrática.

Mas mais importante me parece que deve ser o exame atento do que se passou depois, quando foi realizado o primeiro plano quinquenal e se começou a colectivização da agricultura. Aqui abordamos de facto uma verdadeira questão de princípio. Os sucessos obtidos foram qualquer coisa de enorme, de grandioso mesmo. Foi criada uma grande indústria socialista sem ajuda ou créditos do estrangeiro, através duma utilização e dum desenvolvimento das forças internas da nova sociedade. Foi igualmente transformada a estrutura social do campo, ainda que num menor medida, através de novas dificuldades, duma pressão excessiva e de erros. Os resultados obtidos foram quaisquer coisa nunca visto fora da União Soviética. Isto foi uma confirmação brilhante da vitória revolucionária de Outubro e da justa linha política manida contra os opositores e inimigos de todas as espécies. Isto foi um triunfo também a incitação de certas orientações erradas que deviam ter em seguida consequências graves e prejudiciais. Na exaltação dos sucessos obtidos prevaleceu, sobretudo na propaganda corrente, mas também na apresentação geral das coisas, uma tendência para o exagero, para considerar a partir de então todos os problemas resolvidos, vencidas as contradições objectivas, as dificuldades, os contrastes que existiam, se mantinham sempre fazendo parte da construção duma sociedade socialista.

Estas contradições objectivas, estas dificuldades, estes contrastes são mesmo muito graves no decorrer da construção duma sociedade socialista e não podem ser vencidos se não são reconhecidos abertamente, chamando mesmo as massas operárias e trabalhadoras a enfrentá-los e a resolvê-los pelo seu trabalho. Pela sua obra criadora. Nesta época, talvez se, pelo contrário a impressão, na União Soviética, que os dirigentes, mesmo se conheciam bem a realidade das coisas, não as apresentavam de modo justo ao Partido e ao povo, talvez com receio de diminuir, em certa medida, a grandeza das vitórias obtidas.

Numa escola do Partido, onde havia estudantes enviados por nós, desenvolveu-se uma dura discussão, que durou meses, contra os que haviam exaltado os «sacrifícios» consentidos pelos operários russos para o sucesso do plano quinquenal. Não se deveria falar de sacrifícios, dizia-se, porque senão o que iriam pensar os operários do Ocidente? Mas os sacrifícios tinham sido feitos, porque as condições de vida nos anos do primeiro Plano haviam sido muito duras e a classe operária não ficaria muito impressionada se se lhe explicasse que para concluir o socialismo são necessários uma força e sacrifícios; pelo contrário isto esmaltava e exaltava o espírito de classe da sua vanguarda. É um pequeno episódio mas que demonstra, como o dissemos, uma orientação de princípio errada; porque é um erro de princípio acreditar que, uma vez obtidos os primeiros grandes sucessos, a construção socialista caminha por si própria para a frente e não através de um jogo de contradições dum tipo novo que devem ser resolvidas no âmbito da nova sociedade pela acção das massas e do Partido que as dirige.

Creio que de tudo isto derivaram duas consequências

principais. A primeira 1928 como resultado tornar estável e a actividade das massas que com os seus organismos (Partido, Sindicatos, organizações de fábrica, Soviéticos) deveriam enfrentar as novas e reais dificuldades da situação e, onde, pelo contrário começavam a dominar os escritos e os discursos recheados de declarações pomposas, porque estavam privados do contacto com a vida; desapareceu pouco a pouco o verdadeiro debate criador e em consequência disso reduziu-se a própria actividade das massas, que se movimentavam mais pelas directrizes de cima do que pelo seu próprio estímulo.

Mas a segunda consequência foi ainda mais grave e foi que, quando houve que encarar a realidade e as dificuldades se revelaram como consequência do desequilíbrio e dos contrastes que estão em todas as coisas, se manifestou pouco a pouco e acabou por preponderar em tudo a tendência para considerar sempre, em todos os casos, o mal, a dôra na aplicação do plano, as dificuldades no abastecimento, no transporte das matérias primas, no desenvolvimento dos diversos ramos da indústria ou da agricultura, etc., eram devidos a sabotagem, a obra do inimigo de classe, de grupos contrá-revolucionários trabalhando clandestinamente e assim sucessivamente.

Não quero dizer que tais coisas não se tenham dado. Também houve destes casos. A União Soviética estava cercada de inimigos implacáveis, prontos a recorrer a todos os meios para lhe causar danos e travar a sua ascensão: mas esta tendência errada nas apreciações sobre a situação objectiva fez perder o sentido dos limites, fez esfumar a noção que separa o bom do mau, o amigo do inimigo, a incapacidade ou a fraqueza da hostilidade consciente e da traição, os contrastes e as dificuldades que surgiam das coisas dos actos hostis dos que conspiravam para a ruína. Stáline formulou pseudo-cientificamente esta terrível confusão com a sua tese errada sobre o aumento necessário dos inimigos e a exasperação da luta das classes com o progresso da construção socialista.

Isso veio tornar permanente e agravar a própria confusão. Isso foi a origem das violações inauditas da legalidade socialista que hoje são denunciadas publicamente. É necessário, no entanto, irmos ainda mais ao fundo para se compreender como é que esta posição pôde ser aceita e tornar-se popular e um dos sentidos para esta investigação deverá ser o que indicámos, se se quiser compreender tudo. Stáline foi, num dado momento a expressão e o símbolo duma situação e fez-o a tal ponto porque se afirmou como o organizador e o dirigente mais experiente dum aparelho de tipo burocrático, num momento em que este tomou a supremacia sobre as formas de vida democrática, e igualmente por ter dado uma justificação burocrática do que na realidade era uma indicação errada e sobre o qual estabeleceu o seu poder pessoal, até tomar formas degeneradas. Tudo isto explica o consentimento que houve em volta dele que durou até ao seu desaparecimento e conserva talvez ainda alguma força.

PORQUE É QUE APESAR DE TANTOS ERROS FORAM POSSÍVEIS TANTOS SUCESSOS?

É preciso igualmente não esquecer que, quando o seu poder se estabilizou, adquiriram os sucessos da sociedade soviética. Houve-os nos domínios económico, político, cultural, militar e também nas relações internacionais. Ninguém pode negar que a União Soviética de 1953 era incomparavelmente mais forte, mais desenvolvida em todos os domínios, mais sólida no interior e tinha mais prestígio no estrangeiro do que tinha, por exemplo, na época do primeiro Plano Quinquenal.

Porque é que, apesar de tantos erros, foram possíveis tantos sucessos? Neste caso também não são os dirigentes soviéticos que devem responder, compreendendo que este é hoje um dos problemas que preocupam os militantes sinceros do movimento operário internacional. Até que ponto, a partir de que momento e em que limites, os erros de Stáline comprometeram a linha política do Partido, criando dificuldades secundárias, que importaria livrar essas dificuldades e como se conseguiu, apesar destes erros, progredir? Na base do

que conhecemos só podemos fazer afirmações gerais susceptíveis de serem revistas, se for necessário. Parece que tem que se reconhecer que a linha seguida na construção socialista continua a ser justa, mesmo se os erros que foram denunciados foram tais que não podem deixar de ter limitado seriamente os sucessos da aplicação daquela linha. Este é portanto um dos pontos que necessitará de mais explicações porque a restrição e, em certos casos, mesmo o desaparecimento da vida democrática injeta na validade duma linha política. De qualquer maneira parece que não se pode negar que a burocratização do Partido, dos organismos do Estado, dos Sindicatos e sobretudo dos organismos periféricos que são os mais importantes, devia ter travado, limitado e esmagado o pensamento criador do Partido, a actividade das massas, o funcionamento democrático do Estado e o impeto construtivo de toda a sociedade, com evidentes prejuízos reais. Por outro lado, os próprios sucessos obtidos na Paz, na guerra e no pós guerra são a prova duma impressionante capacidade de trabalho, de entusiasmo e de sacrifício das massas populares, em qualquer situação que exija a sua contínua adesão afim de que a política do Partido seja colocada a todo o país e realizada através do trabalho. É difícil, por exemplo, dizer que outro povo teria sido capaz de resistir, de se recompor e depois vencer, com Hitler às portas de Moscovo e depois no Volga e com as terríveis restrições do tempo de guerra. É preciso pois concluir que não se perdeu a essência do regime socialista, porque não se perderam nenhuma das anteriores conquistas, nem sobretudo a adesão ao regime das massas de operários, de camponeses, de intelectuais, que constituem a sociedade soviética. Esta mesma adesão prova que, apesar de tudo, esta sociedade manteve o seu carácter fundamentalmente democrático.

Dissemos várias vezes aos camaradas soviéticos para enfrentarem algumas questões que se nos colocam e para fornecerem os elementos para uma resposta completa. Até aqui eles desenvolveram a crítica do «culto da personalidade», sobretudo ao corrigir as opiniões históricas e políticas sobre os factos e as pessoas e ao destruir mitos e lendas criados com o fim de exaltar uma só pessoa. Tudo isto está muito bem, mas não é tudo o que devemos esperar deles. O que importa mais hoje é responder correctamente, segundo o critério marxista, à pergunta para saber como é que os erros hoje denunciados se introduziram no desenvolvimento da sociedade socialista e também se no próprio desenvolvimento desta sociedade não intervieram, num dado momento, elementos de confusão, erros de ordem geral, contra os quais deve estar prevenido todo o campo do socialismo e, penso, todos os que já construíram o socialismo seguindo o seu próprio caminho e os que estão ainda à procura do seu caminho. Desde já, estamos de acordo em que o problema central é o da salvaguarda dos caracteres democráticos da sociedade socialista, mas como a questão da democracia política e económica, da democracia interna e da função dirigente do Partido se ligam ao funcionamento democrático do Estado e como os erros que se verificam num destes domínios se podem reflectir em todo o sistema, é isto que é preciso estudar a fundo e claramente.

7—A que atribui o facto dos comunistas de todo o mundo terem acreditado na versão staliniana oficial sobre os processos e as conspirações?

— Os comunistas de todo o mundo tiveram sempre uma confiança sem limites no Partido Soviético e nos seus dirigentes. É mais do que evidente donde brotava esta confiança. Nos momentos decisivos da história e sobre questões decisivas do movimento operário e de política internacional, a posição dos comunistas soviéticos foi a posição justa. A Revolução de 1917, pela qual eles tomaram o poder, suscitou o entusiasmo. Os factos confirmam a justiça da política afirmada, defendida e realizada depois da Revolução. Conheceram-se as dificuldades sobre-humadas que se lhes opuseram e que eles conseguiram vencer. Todo o mundo estava contra eles, atacava-os por todos os meios e vituperava-os. As classes dirigentes de todos os países estavam unidas contra eles. Nos períodos da oposição e mesmo no movimento operário, raros eram os que expressavam a mais pequena compreensão, já que não fosse

aprovação, pela gigantesca obra que estava sendo levada a cabo na União Soviética. Hoje todos, excepção dos reacçãoários menos inteligentes, estão de acordo em reconhecer que a criação da União Soviética é o maior acontecimento da história contemporânea. Mas os comunistas foram os únicos ou quase os únicos, que seguiram esta criação passo a passo, a fizeram compreender, a defenderam e defenderam os seus autores. Era natural e justo, nestas condições, que se criassem relações de fidelidade e de solidariedade profundas, completas, da vanguarda operária do mundo inteiro com o Partido Comunista que se tinha colocado na vanguarda de todo o movimento político e social. É preciso também ter em conta o facto de que, em quase todos os casos, os que começavam pela crítica deste ou daquele aspecto da política comunista na União Soviética acabaram, dentro de pouco tempo, por se juntar aos caluniadores oficiais de todo o movimento comunista e por se tornarem agentes abertos ou camuflados das forças políticas mais reacçãoárias. Todos os Partidos Comunistas, numa medida maior ou menor, viveram esta experiência.

Criava-se assim, além duma relação de confiança e de solidariedade completa, a convicção firme de que esta solidariedade era o traço que caracterizava um movimento proletário verdadeiramente revolucionário. E isto era no fundo verdadeiro. Não há um só de entre nós que se arrependa destas relações de confiança e de solidariedade. Foi isto que nos permitiu, trabalhando e combatendo cada um nas condições do seu próprio país, exprimir, dar uma forma política precisa e organizar esse novo impeto revolucionário que a Revolução de Outubro provocou na classe operária e que se mantinha, ampliava e tomava cada vez mais consciência de si próprio graças aos progressos na construção da sociedade socialista na União Soviética. As formas, os meios, os caminhos práticos destes sucessos não foram, pois, motivo de discussão entre nós, a não ser em certos momentos que se podem localizar mais ou menos nos anos de realização do primeiro Plano Quinquenal e da colectivização agrícola. Nos dez ou quinze anos antes deste momento, o debate entre os comunistas russos sobre os caminhos para o desenvolvimento da Revolução, sobre a possibilidade duma transformação socialista e as formas deste transformação linha-se transportada para todo o movimento operário e, antes de tudo, para o movimento comunista internacional e este deu a sua contribuição à derrota dos grupos da oposição (trotskistas e de direita). Não nego que esta luta e esta participação pudessem, em certos casos, em certos países e em certas condições, ter tido repercussões negativas no nosso movimento. Refiro-me a lutas de fracções artificialmente fomentadas, a opiniões políticas exageradas, etc.. Aliás vêde-o torna a ver o discurso que pronunciei no VII.º Congresso da Internacional em 1928 e encontrareis a crítica de alguns destes factos, ou melhor, lide de novo o que disse Dimitrov no VII.º Congresso. Entretanto, no conjunto, a educação política do nosso movimento fez-se nestes debates, que abordavam os assuntos mais importantes da nossa ideologia e da nossa política. Foi através disto que o nosso movimento avançou para a maturidade.

A EVOLUÇÃO DE RELAÇÕES ENTRE PARTIDOS COMUNISTAS

Posteriormente, falou-se cada vez menos, nos nossos partidos, dos problemas que se colocavam aos camaradas soviéticos no decorrer da construção duma sociedade socialista, tanto porque os camaradas soviéticos já não nos apresentavam os seus problemas de maneira aberta — como o faziam anteriormente — mas quase como etapas de um progresso dali para diante em marcha e cujo decurso não levantava novas questões profundas. De resto chegamos ao momento em que o movimento fora da União Soviética se tinha reforçado de tal maneira que podia sair do domínio da simples agitação e propaganda, corrigir muitos dos erros cometidos antes da chegada de Hitler ao poder e desenvolver uma ampla acção política positiva — na luta contra o fascismo, contra a guerra que se preparava, para tentar salvar a República Espanhola, para a união do movimento operário e democrático, etc.. Estavam em vias de se criarem condições que conduziram posteriormente, durante a guerra à dissolução da Interna-

cional Comunista. Creio que os processos a que se refere a pergunta feita (explicarei mais adiante o alcance deste limite) se situam no período em que se lutava na França pela Frente Popular, em Espanha de armas na mão e em que a política da União Soviética se desenvolvia com uma grande eficiência na defesa da democracia e da Paz. Os dirigentes comunistas não tinham nenhum documento em seu poder que lhes permitisse pôr em dúvida a legalidade dos julgamentos, sobretudo porque eles sabiam que, vencidos politicamente e entre as massas, os dirigentes dos velhos grupos da oposição (trotskistas e de direita) não tinham qualquer dúvida em continuar a luta pelos meios terroristas. Foi aliás o que se deu fora das fronteiras da União Soviética. (Em 1934, em Paris, um dos melhores militantes comunistas italianos, Camilo Monatani, foi abatido, a sangue frio, por um trotskista. Beram-se casos semelhantes noutras partes).

Certamente que o facto de todos os acusados se reconhecerem culpados provocou também surpresa e discussões entre nós, mas nada mais. De resto, ainda não está claro para nós se a denúncia das violações da legalidade e da aplicação de métodos de instrução ilegítimos e moralmente repugnantes se aplica a todo o conjunto do período dos processos ou antes a um período determinado, mais recente do que aquele a que me referi. A denúncia de exageros no emprego de meios repressivos extraordinários e a decisão de os corrigir já tinham tido lugar, de resto, por ocasião duma Assembleia Nacional do Partido Comunista da U.R.S.S. e tinham merecido a aprovação de todos. O mal foi que esta decisão não foi respeitada, pior, que, em certos casos, as coisas agravaram-se posteriormente — e aqui está uma falta pessoal imperdoável de Stáline.

Repito, para os processos de início, aqueles de que tivemos a possibilidade de nos ocupar — já que os que se lhes seguiram não foram públicos — sou hoje da opinião de que existiram simultaneamente estes dois elementos: tentativas dos opoziionistas de conspirarem contra o regime e de cometer actos terroristas e aplicação de métodos de instrução ilegais, moralmente condenáveis. Naturalmente que a existência do primeiro destes elementos não diminui a gravidade do segundo.

8 — A crítica do culto da personalidade foi formulada de cima, sem prévia consulta popular, pela força da autoridade. Considera este facto como uma prova de que o stalinismo não morreu; como muitos afirmam?

— As opiniões que tenho e que já expus, essencial, levam-me a considerar como uma coisa inevitável que a correcção e a crítica dos erros de Stáline tenham partido de cima. Dada precisamente a restrição da vida democrática no seio do Partido e do Estado — conteúdo e consequência daqueles erros — e a concordância com tudo o que Stáline dizia, uma crítica pela base só se poderia fazer lentamente e desenvolver-se de maneira confusa e não isenta de rupturas perigosas. A coisa pode parecer desagradável, mas deriva de tudo o que se produziu anteriormente. Cobia ao grupo dirigente, convencido de que era preciso liquidar o mal e mudar de curso, abrir o caminho ao novo curso por meio duma crítica enérgica de cima, assim como por um princípio de correcção dos factos, dos desvios mais graves. Reeducar numa vida democrática normal de acordo com o que Lênine estabeleceu nos primeiros anos da Revolução, isto é, reeducar a iniciativa no campo das ideias e da prática, a investigação, a discussão viva, o grau de tolerância em relação aos erros que é indispensável para descobrir a verdade, a plena independência de opinião e do carácter, etc., etc. — um quadro dum Partido de várias centenas de milhares de mulheres e homens e, através dele, todo o Partido e, através do Partido, todo um vasto país em que as condições de vida social são ainda muito diferentes de região para região é uma tarefa dum peso enorme, que não se resolve nem em tres anos de trabalho nem num Congresso. Creio que é mesmo exagerado dizer-se que a elaboração e a realização de uma nova orientação é somente uma questão de tempo. Parece-me que não se pode excluir a hipótese de se registarem neste novo curso da vida soviética, discus-

sões importantes e novas, que determinem bem o alcance dos erros cometidos e das correcções indispensáveis que conduzam a uma apreciação de princípios, política e prática exacta, tanto dos erros como das outras. Parece-me, em suma, que os erros de Stáline deveriam ser corrigidos através deste amplo desenvolvimento, segundo um método profundamente diferente do que seguiu o próprio Stáline no decurso do período da sua vida em que abançou as regras correctas do funcionamento do Partido e do Estado.

Quanto mais as coisas se passarem assim melhor será o resultado. O que desejamos é que sejam feitas as correcções, sem hesitação, com coragem, e que conduzam, como devem, a um novo impulso para diante da sociedade socialista em todos os domínios, numa base democrática ampla, sa, cheia de novas e ricas pulsações vitais.

9 — Pensa que a crítica do culto da personalidade conduzirá a uma modificação das relações entre a URSS e as Democracias Populares, entre o Partido Comunista Russo e os Partidos Comunistas dos outros países, e, de uma maneira geral, entre a URSS e o movimento operário internacional?

— Confio que já não exista ninguém, pelo menos na Itália, que acredite na estúpida lenda de que os Partidos Comunistas recebem de Moscovo as suas instruções, as suas directivas e as suas ordens. Se existe ainda alguém neste caso, é inútil escrever para ele, porque é evidente que tem uma cabeça muito dura, que é absolutamente incapaz de chegar a uma compreensão aproximada dos problemas do movimento operário contemporâneo. E pois para os outros que, escreveremos.

Nos primeiros anos que se seguiram à primeira guerra mundial, quando se constituiu a Internacional Comunista, não há dúvida de que as principais questões de orientação política do movimento operário e, consequentemente, do movimento comunista, nos diferentes países, foram largamente debatidas no centro, em Moscovo, por ocasião de Congressos e de outras reuniões internacionais de que saíram orientações precisas.

Pode-se dizer que durante este período existia uma direcção centralizada do movimento comunista e que a responsabilidade principal cabia aos camaradas russos, ajudados pelos camaradas vindos de outros países. Entretanto, muito rapidamente, o movimento começou a caminhar para diante, por si próprio, sobretudo onde havia bons dirigentes.

Assim, por exemplo, a decisão do nosso Partido, em 1924, de abandonar a Assembleia Avenentina (Assembleia que agrupava os parlamentares burgueses e sociais democratas anti-fascistas, que tinham abandonado o parlamento onde os mussolinianos ditavam a sua lei) e de voltar ao parlamento, foi tomada por nós, em nitida oposição com o conselho que nos tinha sido dado pelos dirigentes da Internacional, que nos recomendavam o contrário. Na época do VII.º Congresso (1935), os Partidos que se tinham reforçado, que estavam unidos e bem dirigidos, sentiam já que um centro internacional só poderia elaborar apreciações gerais sobre a situação e sobre as tarefas do nosso movimento. Mas a decisão e a aplicação política prática devia ser obra de cada um dos Partidos, entregues plenamente à sua iniciativa e à sua responsabilidade. Foi desta maneira que as coisas se passaram, sobretudo em França e em Espanha, no período das grandes lutas de 1934 a 1937, assim como durante a guerra e mais ainda depois desta. Se os comunistas caminharam na orientação da política internacional da União Soviética, foi porque eles estavam convencidos de que esta política era justa e assim era.

O Bureau de Informação constituído em 1947, com objectivos bem diferentes dos que tinham sido os da Internacional, fez essencialmente duas coisas, a primeira boa, a segunda má. A primeira foi orientar justamente todo o movimento operário na resistência e na luta contra os planos de guerra do imperialismo. A segunda foi a intervenção infeliz contra os comunistas iugoslavos. Além disto não fez mais nada do que publicar um jornal, apenas útil a título de informação. Para nós, comunistas italianos, por exemplo, o Bureau nunca discutiu a nossa política no decorrer de reuniões internacionais a não ser na sua reunião constitutiva.



Todas as iniciativas tomadas por nós depois da guerra foram exclusivamente nossas e talvez não fossem sempre inteiramente compreendidas pelos camaradas dirigentes dos outros Partidos Comunistas, pelo facto de elas serem impostas pelas condições em que trabalhávamos, nós, na Itália — as quais são inteiramente particulares. Hoje, o Bureau de Informação foi dissolvido por seu turno, por razões que foram largamente expostas.

Os erros cometidos por Stáline na direcção do Partido Comunista da União Soviética contribuíram certamente, porque eles limitavam as discussões e a vida democrática no topo deste Partido, para tornar um pouco exteriores e também formais as relações entre os comunistas soviéticos e dos outros países, para criar entre eles uma certa distância, sem todavia diminuir a confiança recíproca pois que não tínhamos e não podíamos ter nenhuma noção dos factos que hoje são denunciados. Isto, pelo menos, no que nos diz respeito. Noutros partidos, sobretudo nos países de democracia popular, vários erros de Stáline foram repetidos de maneira mecânica, depois da guerra, tal como houve, provavelmente, a tendência para transplantar e aplicar de maneira mecânica, nestes países, toda a experiência e toda a tática soviética, sem ter em conta, na medida necessária, condições particulares que impunham e impõem vias de desenvolvimento particulares, correcções e aplicações da experiência soviética em cada país.

As críticas contra Stáline feitas no XX.º Congresso, que foram na maior parte inesperadas, certamente que impressionaram os quadros do movimento comunista internacional e também, numa medida menor, as massas. A maneira como os inimigos se atiraram para cima destas críticas para fazer delas um instrumento de luta contra nós uniu os militantes em volta do Partido.

A par disto, é preciso dizer que entre eles não houve apenas surpresa. Houve a dor e, aqui e ali desânimo. Manifestaram-se dúvidas a propósito do passado e assim sucessivamente. Estas coisas não se podiam evitar, dada a gravidade dos factos que foram denunciados e a maneira como eles foram denunciados; dado que os camaradas soviéticos se limitaram essencialmente a denunciar os factos e a empreender a justa correcção e descuraram até hoje a tarefa, ainda não resolvida, do julgo histórico e político do conjunto. (2)

Não creio que, de tudo isto, possa resultar uma diminuição da confiança recíproca e da solidariedade entre as diversas partes do movimento comunista.

Entretanto, não há dúvida, de que disto resulta não somente uma necessidade mas o desejo de uma autonomia de opinião sempre maior e isto só poderá fazer bem ao nosso movimento. A estrutura política interna do movimento comunista mundial está hoje modificada. O que o P.C.U.S. realizou permanece, como disse, o primeiro grande modelo de construção de uma sociedade socialista, à qual foi aberta a via por meio de uma ruptura revolucionária profunda e decisiva.

A ESTRUTURA POLÍTICA DO MOVIMENTO COMUNISTA MUNDIAL MODIFICOU-SE

Hoje, a frente da construção socialista, nos países em que os comunistas são o Partido dirigente ampliou-se a um tal ponto (ela compreende um terço do género humano!) que também para ela o modelo soviético

não pode ser e não deve ser mais obrigatório.

Em cada país governado pelos comunistas, as condições objectivas e subjectivas, as tradições, as formas de organização do movimento, podem e devem agir de maneira diferente. No resto do mundo, há países em que se deseja chegar ao socialismo sem que os comunistas sejam o Partido dirigente. Noutros países, ainda, a marcha para o socialismo é um objectivo para o qual convergem esforços que partem de movimentos diversos, e que, no entanto, muitas vezes não chegaram ainda a um acordo nem a uma compreensão recíproca. O conjunto do sistema torna-se policêntrico e no próprio movimento comunista não se pode falar de um guia único, mas sim de um progresso que se realiza muitas vezes seguindo caminhos diferentes. Das críticas a Stáline deriva um problema geral comum ao conjunto do movimento; o problema dos perigos de degenerescência burocrática, de abafamento da vida democrática, de confusão entre a força revolucionária construtiva e a destruição da legalidade revolucionária, de deslignação da direcção económica e política da vida, da iniciativa, da crítica e da actividade criadora das massas. Nós saudaremos o facto de entre os Partidos Comunistas que estão no poder se estabelecer uma emulação quanto à melhor maneira de evitar esse perigo para sempre. A nós incumbirá elaborar o nosso método e a nossa via para esta mesma garantia contra os perigos de estagnação e de burocratização, para podermos resolver simultaneamente os problemas da liberdade para as massas trabalhadoras e da justiça social e, por consequência, para conquistarmos no seio das próprias massas um auditório e um prestígio cada vez maiores.

* * *

1 — «... Nos anos de 1934-1941, quando os imperialistas preparavam mais intensamente a sua agressão contra a URSS, uma intervenção contra Stáline pôdia provocar perturbações que os inimigos do comunismo não deixariam de aproveitar. Uma tal intervenção não abriria o caminho à agressão? Convinha correr tal risco? Nenhum comunista honesto ousaria responder que sim. Praticamente não era possível senão o que se fez. Era preciso «cerrar os dentes» e trabalhar pela edificação do socialismo, pelo reforçamento da URSS, pelo reforçamento dos Partidos Comunistas no mundo inteiro, e isto apesar das tragédias provocadas pelo culto da personalidade de Stáline.» («L'Humanité», 26 de Abril de 1956).

2 — Posteriormente o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética tornou pública uma resolução sobre a luta vitoriosa contra o culto da personalidade e suas consequências, que o nosso Partido acaba de publicar e para a qual chamamos a atenção dos leitores, pois nela se faz referência à entrevista do camarada Togliatti, salientando a existência de algumas teses erradas ao lado de numerosas considerações muito importantes e muito justas.

Nenhum partido ou bloco político governante, ao serviço das classes exploradoras, ousou jamais, no decurso da história, nem ousa actualmente, nos Estados capitalistas contemporâneos, expor conscientemente os seus erros graves ante a massa dos seus próprios membros e ante o povo. O partido político da classe operária procede de uma maneira muito diferente. O partido político da classe operária está ao serviço das largas massas populares. A auto-crítica nada faz perder a um tal partido, senão os seus erros. Pelo contrário, ele ganha o apoio das largas massas do povo. (Do artigo «A propósito da experiência histórica da ditadura do proletariado» do «Jornal do Povo», de Pequim.)